

## PRAÇA DE IDEIAS

### Redes comunitárias, produção agroecológica, segurança e soberania alimentar

25 e 26 de março de 2023, Sesc Pinheiros, São Paulo, SP.



#### A questão central: é preciso garantir o acesso universal à comida de verdade!

Para que nossa cidade cuide e alimente, entendemos que garantir e articular os direitos à saúde, alimentação, trabalho, moradia, são fundamentais. Nossa finalidade é construir estratégias de distribuição e comercialização de alimentos saudáveis e sem veneno nas comunidades e territórios periféricos que atualmente não têm acesso a comida de verdade. A Rede Pontinhos propõe criar pontos de comercialização a partir da organização da sociedade civil nos próprios territórios, construir políticas públicas que fortaleçam o comércio justo e a distribuição solidária de comida de verdade, alimentos agroecológicos e orgânicos. Nesse percurso com a compreensão que para garantir o acesso de todos à alimentação saudável nos territórios periféricos é preciso criar estratégias de estoque e transporte (para garantir preços acessíveis) e passamos a elaborar a proposta de entrepostos agroecológicos territoriais. Garantir rendimento para a integralidade da cadeia de produção e distribuição e comercialização de alimento saudável de pequenos produtores rurais ou pequenas indústrias agrícolas é a finalidade. Para avançar defendemos a geração de trabalho e renda na produção urbana de parte dos insumos orgânicos (substrato e biofertilizantes advindos da compostagem de resíduos orgânicos) necessários para a produção de alimentos agroecológicos em larga escala. Garantir o retorno dos insumos orgânicos por meio de logística reversa nos mesmos meios utilizados para o transporte dos alimentos agroecológicos. As políticas públicas de Segurança e Soberania alimentar devem se articular com a sociedade civil organizada para que o alimento chegue nos territórios com maior vulnerabilidade, nos Pontinhos!

\*\*\*

### **Manhã de Sábado, 25 de março**

Os cafés da manhã de abertura dos dois dias de encontro foram realizados pelo coletivo Trabalhadores da Hora, uma cozinha solidária, incubada no CAPS Itapeva, projeto de geração de trabalho e renda baseado nos princípios da economia solidária e na reforma psiquiátrica brasileira.



*Café da manhã - Trabalhadores da Hora*

Jailton Nascimento, do Sesc Pinheiros, abriu nosso evento pontuando que temos a intencionalidade de discutir e investir em sustentabilidade e valorização social; no desenvolvimento local e na articulação e reconhecimento das práticas comunitárias. A proposta para essa praça de ideias é firmar o compromisso com práticas e políticas que fortaleçam a organização da sociedade civil nos territórios para garantir direitos constitucionais no Brasil, inerentes a dignidade da vida humana, o trabalho, a saúde e a comida de verdade, agroecológica, sem veneno (alimentação segura e de qualidade).



*Jailton na abertura do evento*

É no território que a vida acontece". Felipe Valentim localiza que a Rede Pontinhos se organiza a partir das histórias e necessidades dos territórios, das práticas locais e solidárias. Nos alimentar é parte das atividades cotidianas necessárias para nossa sobrevivência, estamos discutindo aqui como fazer do mundo um lugar justo e solidário e que para isso precisamos saber de onde vem nossa comida e se esta contribui ou não para esse objetivo. O Ponto de Economia Solidária do Butantã é um equipamento público inovador do SUS que tem muito potencial para ser fortalecido e replicado, nossa experiência permite afirmar que não

existe saúde mental sem a garantia de direitos, e que a participação social é instrumento essencial da democracia. Acreditamos que compartilhar poder e construir práticas e políticas coletivamente é o caminho para a transformação social.



*Felipe Valentim mediando a primeira mesa*

Iniciando a primeira mesa, Lia Palm, coordenadora de agricultura e segurança alimentar do município ressalta o trabalho da Secretaria de Desenvolvimento e Trabalho para fortalecer a agricultura urbana. Apresenta os marcos das políticas de agricultura para as áreas rurais da cidade de São Paulo com destaque ao Plano diretor estratégico de 2014 - com a demarcação das zonas rurais na cidade - onde a agricultura tem função multidimensional de proteção do meio ambiente e segurança alimentar. Apresenta os dados do Sampa mais rural - a maior parte no extremo sul da cidade 28% - mas também em outros pontos do município. 115 Hortas mapeadas comunitárias e 205 em equipamentos públicos. E ainda 16 aldeias indígenas na cidade. Com os objetivos de Inclusão produtiva - segurança alimentar - sustentabilidade ambiental. Convidamos a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho a participar desse processo a partir da proposta aprovada no PLOA 2021 como proposta prioritária e viável, portanto com dotação orçamentária. Lembramos que o Estado não executou o proposto programa Pontinhos de Ecosol no território do Butantã e de lá para cá avançamos na formação e articulação e entendemos que nossa proposta não é de um ponto e sim de um entreposto e vários pontinhos em diversos bairros e territórios a partir da organização comunitária.



*Lia Palm - SDTS - PMSP*

Representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Rose Pondé se disponibilizou para caminhar junto com a Rede Pontinhos, com o compromisso de garantir e efetivar o direito humano à alimentação adequada - direito fundamental assegurado desde 2010 em emenda constitucional. Reafirma que “Quem tem fome tem pressa” e que a aproximação com a sociedade civil organizada é fundamental. Diz que a Rede Pontinhos são pontos e gotas de amor (amor aqui colocado como responsabilidade, e é preciso expressar aqui nosso sentimento de alívio em restabelecer o diálogo com um governo democrático)... Nas palavras dela: “Sem alimento saudável e seguro não há vida”.



*Rose Pondé - MDA*

Com 20 anos de trajetória no combate à fome, Jader de Oliveira, do Instituto Fome Zero, apontou estratégias de desenvolvimento local e ressaltou a importância da abordagem agroecológica, de produtores locais e de pequenos agricultores. Nos provoca pensar como garantir renda para as pessoas comprarem e escolherem alimentos saudáveis e sustentáveis - educação alimentar... E na importância de políticas públicas para garantir investimento para executar as ações e logísticas. Reforça que a Rede Pontinhos é fundamental - articular Saúde Mental e Emprego e Renda - Alimento saudável e seguro fortalece as ações e práticas com eficiência e resultados. É fundamental conhecer de onde vem nossa comida.



*Jader de Oliveira - Instituto Fome Zero*

Jamil Yatim, com a presidência da CEAGESP recém assumida, indicou que a ação social existe, mas que é necessário se perguntar como ela contribui para efetivar direitos. Recoloca a função social da GEAGESP, que ajuda a regular o preço, possibilita acesso a comida, mas ao se perguntar: como o alimento seguro e de qualidade pode ser mais barato e acessível? Respondeu que o cantinho do supermercado não é justo e não resolve. E se compromete a abrir a CEAGESP para contribuir com uma cidade que cuida.

Fechando as apresentações da manhã do sábado, Raul de Almeida Miranda da Cooperativa Terra e Liberdade do MST (2016) qualificou que a escolha do modelo de desenvolvimento no Brasil aniquilou o campesinato, dizer que “estamos na roça” se tornou expressão pejorativa, que fala de um lugar menosprezado. Aprofundou a compreensão sobre a Reforma Agrária para garantir a terra, mas também favorecer a pluriatividade no campo, que o território rural não é só o espaço de produzir alimento, mas também de turismo, educação, beneficiamento, reconhecimento. Contou que o setorial urbano do MST em São Paulo conseguiu diversificar as modalidades de venda: cozinhas solidárias, cestas, Ponto Ecosol, Inst. Chão, Barú, Grupos de Consumo Militantes - que trabalham na organização local e contribuem com a luta contra a insegurança alimentar, e e-commerce. Colocou que os assentamentos têm lotes menores nas franjas das cidades devido ao preço da terra, e indicou as necessidades de incorporar significados políticos na cadeia de produção, comercialização e consumo e de compartilhar responsabilidades com consumidores que precisam ser mais ativos. Afirmou ainda que, no terreno da luta de classes, a construção do poder popular contribui na busca pela Soberania Alimentar.



Raul - Terra Livre - MST

### **Tarde de Sábado, 25 de março**

Iniciamos a conversa da parte da tarde com o vídeo que apresenta o empreendimento Orgânicos no Ponto, incubado pelo Ponto de Economia Solidária do Butantã que foi representado na mesa pela Isabel Bernardes, e que aponta alguns caminhos de consolidação da soberania alimentar enquanto estratégia de desenvolvimento local e sustentável. Mas que também nos mostra os enormes desafios que temos na composição do preço justo e sua relação com os valores da hora trabalho, de gestão compartilhada, e afirma este como um espaço de trocas, acolhimento e lugar de conforto, recheado de utopias de um mundo mais justo e solidário. Para assistir o vídeo e conhecer mais sobre o Organicos do Ponto, acesso o vídeo aqui: <https://youtu.be/vex2Zwxfyco>.



*Bel na apresentação do vídeo do Orgânicos no Ponto*

Na sequência a Vera Vilela, atual presidente do COMUSAN, reforçou que este existe desde 2001 e que, a partir de 2013, a presidência do conselho passou a ser da sociedade civil. Afirmou que a participação social, como eixo e direito constitucional, é a organização democrática para contribuição na formulação das políticas, debate, diálogo e conflitos. Porém, na última composição, a sociedade civil não conseguiu ocupar todas as vagas, que correspondem a  $\frac{2}{3}$  contra  $\frac{1}{3}$  dos órgãos governamentais. Colocou que a garantia da soberania alimentar é uma discussão mundial. Ela apresentou um espiral dos Sistemas alimentares sustentáveis e solidários, que apresenta na borda externa a terra e o meio ambiente, numa parte intermediária as políticas públicas e a sociedade civil organizada para a distribuição de renda, o combate à pobreza e as desigualdades para garantir a soberania alimentar, representada pelas pessoas no centro. Informou que o conselho recebe denúncias de violações ao direito humano à alimentação e nutrição adequada. Explicou quais são princípios do sistema nacional de segurança alimentar: Participação social, Intersetorialidade e Soberania. A intersetorialidade acontece nos territórios. A alimentação é inerente à dignidade da vida humana e por isso é direito de todas e todos. Ela provocou os participantes: teremos uma

conferência municipal este ano, em agosto, e vamos levar a proposta dos pontinhos? O CRESAN Butantã ainda não tem conselho gestor, precisamos ocupar este espaço!! Na sequência apresentou as estratégias e programas: Centros de Referência de segurança alimentar, cozinhas comunitárias, restaurantes populares, banco de alimentos. O primeiro plano municipal de segurança alimentar e nutricional é de 2016. o COMUSAN tem atuação forte junto à câmara municipal. E deixou perguntas certeiras para nossa luta: Secção de uso para os grandes mercados tem, mas e para os entrepostos e pontinhos de ecosol na periferia? Tem redução de impostos para a produção de agrotóxicos, para quem produz ultraprocessados, e para quem produz comida de verdade, tem?



*Vera Vilela - Comusan*

Regiane Nigro, do Instituto Kairós, nos apresentou a D. Sebastiana, agricultora urbana da AAZL, que em vídeo afirmou que é necessário alimentar e cuidar da terra, parar de envenenar a terra. Que cuidar do meio ambiente é cuidar da própria vida! E viver eternamente é manter a história viva. Ela também afirmou no vídeo que apoio é algo muito mais do que dinheiro, que apoio e formação mudam a vida das pessoas!



*No vídeo a Dona Sebastiana - AAZL*

Regiane explicou que a ocupação dos terrenos ociosos carrega um enorme desafio de segurança e de limpeza dos entulhos, afirmou que é preciso mais infraestrutura e tecnologia em equipamentos para modernizar e atrair jovens para o trabalho com a terra. Disse que plantas alimentícias não convencionais, as Pancs, são estratégicas e precisamos inseri-las na nossa alimentação, que não existe solução mágica, que são as hortas urbanas que protegem o verde, as nascentes e a vida na cidade. Ela contou a experiência da Frente Alimenta, nascida na pandemia, que é uma ação que busca soluções para a segurança alimentar baseadas na agroecologia, no protagonismo das lideranças locais, e que para crescer é preciso gerar mais doações e cultivar uma filantropia solidária. Juntas, elas demonstraram que a cidade de São Paulo já é uma realidade agrícola que possui um enorme potencial de produção agroecológica em hortas instaladas em linhões elétricos (são mais de 740 Km de linhões!), adutoras e dutos de gás, além das áreas de nascentes, parques, praças e outras áreas públicas espalhadas pelos territórios periféricos, com a vantagem da proximidade entre produção e consumo, o que torna os produtos mais baratos e diretamente acessíveis.



*Regiane Nigro - Instituto Kairós*

Alex Barcelos, representante da mandata coletiva Quilombo Periférico, começou afirmando que a gente não é pobre, a gente é empobrecido pela linha de desenvolvimento neoliberal sobreposta à vida das pessoas. Disse que em sua trajetória de assessoria de formação de redes e comercialização, foi percebendo a dificuldade e a importância de falar de grana, principalmente na periferia. Nos convocou a participar da pressão pela aprovação do marco regulatório da Lei Paul Singer, e a ocupar e rearticular o Fórum municipal Ecosol, que precisa se descentralizar e crescer com a intenção de favorecer a troca de experiências e tecnologias para construir políticas públicas, e que para isso movimentos são essenciais. Afirmou que o marco regulatório da Lei Paul Singer encontra barreiras ideológicas na SDT, na relação entre a Ecosol *versus* Empreendedorismo, que seria mais aceitável por reafirmar a meritocracia pela qual que “venceu, venceu, não venceu, a culpa é sua!” Falou das dificuldades de diálogo com o executivo municipal, disse que São Paulo é modelo de políticas públicas para outras capitais. Deu o exemplo da Lei do Carlos Neder que institui Feiras de Ecosol nas subprefeituras, mas que não tem recursos e não foi efetivada pelo executivo. Disse que não faltam recursos, mas que não existe vontade política para efetivar essas leis, que o marco regulatório no Estado SP está parado há 9 anos, engavetado na casa civil. Para finalizar, afirmou que é necessário produzir

alimento na quebrada, pois é lá onde falta comida de verdade. Disse que vivemos um processo da industrialização dos alimentos para a periferia, o que alguém da plateia complementou falando dos alimentos “vencidinhos”. Seguiu pela narrativa de que não podemos aceitar passivamente que temos, em São Paulo, alguns dos melhores restaurantes do mundo enquanto parte da sua população segue passando fome, ao que a platéia complementou dizendo que são 30 mil os moradores de rua no momento. Afirmou ainda que a educação alimentar é processo e não é feita pelo executivo, que precisa de investimento na educação alimentar nas escolas públicas. Que um raio de 500 metros sem acesso à comida de verdade determina um deserto alimentar o que é parte do racismo ambiental e exemplo de necropolítica. Finalizou dizendo que “é realidade, a ecosol está em todos os lugares, na saúde, educação e o vídeo do Festival Percurso coloca a ecosol na cultura. É preciso estarmos atentas(os) e fortes!!”



Alex Barcellos - Quilombo Periférico

E terminamos o dia cheios de energia com presença e vibração carnavalesca do Cordão Bibitantã, grupo ligado à cultura popular e tem como eixo principal a reprodução e produção da cultura popular brasileira tradicional, principalmente o carnaval de cordões e festas juninas. O Cordão foi criado em 2006, nos serviços de saúde mental da RAPS Oeste em São Paulo, CAPS Itaim Bibi, CAPS Butantã e CECCO Parque Previdência e grupos ligados à cultura popular. Desde então vem encantando pessoas por onde passa.



Cordão Bibitantã

### **Manhã do Domingo, 26 de março**

Na manhã do domingo, a sacerdote Iya Adriana de Nanã abriu a mesa apresentando a experiência do Projeto Cabaça, que une Economia Solidária e a sabedoria ancestral dos terreiros de Matriz Africana. Inicialmente ela afirmou que a prosperidade para a sociedade eurocêntrica capitalista tem foco individual, no meu dinheiro, minha mulher, meu papagaio, ou seja, na propriedade individual, o que contrapôs com a perspectiva das culturas tradicionais, nas quais ser próspero é algo coletivo, uma propriedade da comunidade. Disse que estamos institucionalizados desde a infância, o que, ao invés de enraizar nossas crianças na nossa cultura, as leva a desaprender da sua cultura e sua história. “Ser preto é uma construção coletiva”. Adriana explicou que a perspectiva para dentro do terreiro é colaborativa, comunitária e coletiva, que no candomblé não se faz nada sozinho. Ter prosperidade é não faltar alimento, que é ancestral ter segurança e garantia de proteção e de acesso. Totalmente diferente da lógica do mercado, aquele que demoniza o abate religioso, os terreiros alimentam as comunidades. Com essa inquietação e em parceria com a Unifesp, disse que começou com a proposta de modo “arrogante”, de propor tecnologias de desenvolvimento econômico para terreiro, mas que nas entrevistas com as pessoas mais velhas, resgatam que na irmandade da boa morte, para poder cumprir os rituais fúnebres do povo preto, desenvolveram uma “tecnologia econômica” de poupança coletiva. Contou que nas irmandades negras, as mulheres africanas, libertas ou escravizadas, recolhiam recursos parte do seus trabalhos, convertiam em ouro, e usavam para comprar alforrias e pagar o retorno de pessoas para o continente Africano, que investiam em estudo para as pessoas pretas, e quem em África, eram as mulheres que cuidavam do mercado, das venda. Resgatou que a caixa econômica federal nasceu observando essa tecnologia, e que não precisamos inventar a roda, temos muita coisa para resgatar. E apontou que passamos a investir na poupança do Estado com a propaganda que era para o Brasil crescer e deixamos de investir nas pessoas, e investimos no Estado que é estruturado para matar o povo preto. Disse que embora existam sacerdotes homens o camdomblé é matriarcal pois foram as mulheres que sobraram, que os homens negros foram e são mortos pelo Estado desde quando a proposta institucionalizada de embranquecimento foi estruturada “cientificamente” pelo racismo. Finalizando sua fala, afirmou que a mulher preta é a base da sociedade e que cada mulher preta sustenta sua comunidade porque é assim que uma mulher preta se movimenta. Contou que os terreiros mais pobres são os das periferias porque a mulher preta de terreiro cuida dos seus filhos e filhas e dos filhos e filhas daquelas que foram trabalhar, que nunca mais retornaram, e dos filhos e filhas dos vizinhos, de toda a comunidade. Contou que essas reflexões foram feitas na primeira edição do Projeto Cabaça e que produziu um e-book, um podcast para apresentar resultados imensuráveis que mudam a vida das pessoas envolvidas. Para finalizar, falou sobre o momento atual do Projeto Cabaça, disse que, “para nós não há orixá sem folha, não tem como pensar desenvolvimento sem meio ambiente”. Apresentou a terceira edição do projeto, que resgata o saber ancestral da terra a partir das agricultoras urbanas e o reúne ao saber ancestral de cura das folhas, dos terreiros. Que a proposta é o resgate dos alimentos tradicionais como inhame, cabaça, ora pro nobis, plantas que servem como alimento e como tratamento, resgatar o saber da terra. Disse que temos como lição de casa rever nossas práticas, ao invés de comprar folhas sagradas no mercado da Lapa, por

exemplo, incentivar as agricultoras urbanas a plantar essas folhas, já que há terreiros e hortas urbanas por toda a cidade. Finalizou afirmando que o Cabaça não é para dar respostas, mas para “aprofundar a reflexão e garantir nosso jeito de ser, para que, mesmo presas à estrutura urbana e capitalista, sermos mais condizentes com a nossa cultura e tradição”.



*Iya Adriana de Nanã - Projeto Cabaça*

O Armazém do Campo do MST foi representado por Ademar Schuski, militante presente na luta pela terra desde a infância e agora à frente da comercialização, no Armazém do Campo. Ele nos contou que o MST é sequência da luta dos povos originários e negros, já que as ligas camponesas também surgiram para dar um enterro digno aos camponeses. Sem Reforma Agrária não há democracia, a burguesia brasileira nunca aceitou distribuir terra, onde 1% dos proprietários de terra são donos de 46% do território Brasileiro. O Latifúndio é usado na especulação. Hoje, mais de 4 milhões de famílias são consideradas sem terra pelo IBGE, isso é aproximadamente cerca de 15 milhões de pessoas. Com o objetivo de lutar pela terra no 4º país de extensão do mundo e o primeiro em terras agricultáveis, pelo acesso a água. Queremos escola, agroindústria, mercado, tecnologia, e terra para produzir comida de verdade e saúde. Queremos uma sociedade mais justa, queremos o socialismo. Nos assentamentos todo mundo tem trabalho, tem casa, todas as nossas crianças têm acesso à escola e à segurança alimentar. Para nós isso é o socialismo, é resolver esses 4 problemas básicos da sociedade. O agronegócio se preocupa com *commodity* e não com soberania alimentar, eles estão preocupados em vender na bolsa e não em alimentar as pessoas. Temos o compromisso no Brasil de alimentar também outros países. O MST é organizado por setores, para criar condições. Para as nossas lojas a gente traz alimento, saúde, e também alegria, cultura, festa. Os armazéns são auto sustentáveis pois o MST não tem como sustentar a estrutura, suas sobras pagam a estrutura de funcionamento. A primeira loja foi em 2017 em SP e hoje já são 25 unidades e esse ano a meta é dobrar, na grande SP é no mínimo ter 12 armazéns. Abrir espaço de comercialização de comida de verdade é garantir acesso à alimentação para as pessoas e o Estado precisa financiar, investir nesses espaços nos territórios

periféricos. É justo pagar a mesma taxa tributária que os grandes supermercados? Nós, enquanto sociedade, podemos escolher onde a gente investe nosso dinheiro. Oxalá se a humanidade parasse de comer veneno.



*Ademar Schuski - Armazém do Campo - MST*

A Natalli Tami Kussonoki trouxe a experiência do Galpão Agroecológico, um entreposto no bairro Butantã que fechou depois de dois anos, pois não conseguiu sustentar o aluguel de um ponto comercial. Se organizou a partir da necessidade de um espaço entre o campo e cidade para receber, armazenar e distribuir a produção de pequenos agricultores e agricultoras. No contexto da pandemia, nem as feiras de ruas estavam acontecendo e abrir a porta para o consumo local foi uma estratégia de gerar renda pela venda de uma rede de pequenos agricultores e produtores de alimento sem veneno. Teve desafios em sustentar com o trabalho da feira os custos, durou apenas 2 anos mas dessa experiência em rede e saímos mais fortes e em rede para seguir na luta pela comercialização solidária de comida de verdade.



*Natalli Tami Kussonoki - Galpão Agroecológico*

Everton Bezerra de Oliveira, do Instituto Terra Viva em Sorocaba, iniciou sua fala com um reconhecimento da produtora agroecológica Maria Rodrigues, e pediu boas vibrações para ela se recuperar da Covid. Contou que o instituto é associação que nasceu do projeto “Plantando Águas”, de plantações agroflorestais nos assentamentos da região de Sorocaba, lá em 1994. E depois que a produção dá certo, como comercializa? Não conseguiam distribuir e comercializar. Assim, o Terra Viva nasceu em 2012 e a parceria com o Instituto Chão faz uma diferença gigantesca na vida das agricultoras desde 2015, depois veio o Instituto Feira Livre e o Barú. Agroecologia é ciência, movimento e prática. As decisões são coletivas, sempre. A gente traz 15 toneladas para São Paulo por semana, e não temos um caminhão, a gente arrenda um caminhão toda semana. Quem consome nossa comida também é parte da rede, do trabalho e da luta em rede. A gente não quer ser um comerciante de alimentos orgânicos, a gente quer ser parte de uma rede de soberania alimentar. Na nossa caminhada o alimento, a produção melhorou mas a logística segue cara e complexa. É legal chegar na vila madalena, mas faz mais sentido ainda chegar lá na Zona Leste. Tem que ter sentido, a gente quer distribuir, não escoar. Cada pé de alface tem nome, tem rosto, o agroecológico é o motor do Terra Viva, tem que ter agricultura agroecológica. A gente não vende, a gente articula, facilita, não faz sentido trabalhar na perspectiva do mercado. A demanda tem que se adequar à produção e não o contrário, a diversidade do campo tem que chegar e aí aparece a beterraba dourada, as frutas nativas e a idéia é que se perpetue e consiga chegar cada vez em mais lugares e que o respeito mútuo seja princípio.



Everton - Terra Viva

Por uma economia sem agrotóxicos, sem atravessadores, sem exploração e sem fome. A experiência da Livres Coop foi apresentada por Guilherme Prado, ele afirmou que a cooperativa encontra-se em um território extremamente reacionário, a Baixada Santista, e que só é possível fazer o que fazem em rede, “juntar o que estamos fazendo aqui é fundamental, a gente quer ir pra algum lugar, um lugar melhor e esse destino é o socialismo, com outras formas de relações e consumo”. Afirmou que “a nossa esquerda não organizou o consumo” e, citando Marx, “Toda produção produz consumo e todo consumo produz consumo”, disse que em geral a esquerda subestimou a importância do consumo, e que portanto é preciso socializar os meios de produção e de consumo. Apontou na sua apresentação que essa é a década da nossa vida, se não mudar agora, não teremos futuro e ainda que é preciso organizar e transformar o consumo. A

Livres entende que é necessário organizar o consumo, que o cooperativismo de consumo é popular por exemplo nos EUA, onde 600 mil pessoas são membros de cooperativas de consumo. A revolução verde aumentou a produção de comida, mas a fome não diminuiu. A revolução verde teve sucesso - agrotóxicos, sementes privatizadas, dobrou a produção de comida, mas a fome também aumentou. Foram 9 bilhões de toneladas de grãos no ano passado, mas em contrapartida a fome aumenta, quase 400 milhões de pessoas têm fome no mundo, tem algo errado isso. "Estamos com mais produção e com menos segurança alimentar. A gente produz mas não chega nas pessoas, a agricultura é o centro do problema e da solução da discussão da economia no mundo." É preciso mapear e estudar democraticamente o que as pessoas comem, como os consumidores urbanos têm uma vida complexa, precisamos dar respostas também complexas. Precisamos de um novo tipo de consumo, para isso desenvolvimento de um sistema de consumo solidário e democrático. Economia Solidária é socialismo autogestionário. A Livres criou uma cadeia entre produtores e consumidores que levanta a demanda de consumo e organiza a produção, um sistema onde os consumidores organizam seus carrinhos comunitários de compras semanal, quinzenal e mensal, é o "Comboio Agroecológico", atualmente informatizado em código aberto. A Livres propõe e realiza um consumo justo, superando atravessadores por meio da organização dos consumidores.



Guilherme Prado - Livres

### **Tarde do Domingo, 26 de março**

Partindo das experiências apresentadas no seminário, na tarde do domingo foi realizada uma **plenária** que teve como objetivo a elaboração de propostas que possibilitem viabilizar uma **rede solidária de produção, distribuição e comercialização de alimentos agroecológicos** que tem como objetivo, com apoio das políticas públicas, **garantir o acesso universal à comida de verdade**, respeitando o protagonismo da sociedade civil organizada, que deve autogerir a rede por meio de relações solidárias, embasadas na proximidade e na confiança entre os sujeitos da rede.

Provocado pelo título “Territórios do Comum”, Egeu Esteves abriu a plenária com uma fala sobre o Comum e o Lugar, argumentou que nosso maior comum, aquilo que nos é comum a todos, é a alimentação, e que a construção que temos o desafio de realizar hoje é a construção da garantia de acesso de todos à comida de verdade, nutritiva e saudável, sem veneno. Numa perspectiva histórica, a cozinha sempre foi lugar de reunião, de acolhimento e de conversa. Ao redor do fogo e do fogão coletivo, na cozinha comunitária de outrora, as avós e os avôs da humanidade se reuniam e se alimentavam enquanto conversavam e solidarizavam suas ações e seus destinos. Naquela época a nossa unidade social era a própria comunidade, a aldeia, ou o quilombo, não a família, e éramos fortes pois pertencíamos a um lugar e a um coletivo em que éramos parte e partícipes. A aldeia ou o quilombo era lugar de vida, em largo sentido, lugar de morada, de trabalho, de festa, de culto, e de tudo o mais que pudessem viver juntos. A partir da invasão européia, a introdução do modelo europeu de família minou os vínculos comunitários e, ao mesmo tempo, erigiu a sociedade patriarcal em que a terra pertence ao homem, e não o contrário, abrindo caminho para o capitalismo que escraviza não somente a terra, mas toda a natureza, incluindo nós próprios. Se queremos resistir enquanto espécie nesse planeta, lembrando que não tem “Planeta B”, temos que nos aquilombar e nos aldear, temos que construir relações comunitárias fortes e perfurar o capitalismo por dentro, construindo redes solidárias de produção, distribuição e consumo.



*Egeu Esteves - Unifesp*

Após essa fala, foi dada a palavra a quem quisesse contribuir com reflexões e propostas para construir e viabilizar a rede solidária de produção, distribuição e comercialização de alimentos agroecológicos.

**São propostas da plenária:**

- “Tecer teias e unir os pontos, como fazem as aranhas”. Criar redes solidárias de produção, comercialização e consumo de comida de verdade na cidade;
- Ampliar o número de Pontos de Economia Solidária nas periferias, com políticas públicas que garantam acesso a comida de verdade (Programa Pontinhos de Ecosol);
- Criar entrepostos locais - territoriais - para abastecer os Pontinhos. Relação a ser construída entre a Rede Pontinhos (e seus parceiros), a prefeitura de São Paulo e o CEAGESP;
- Incidir sobre a política tributária, reivindicando a isenção de impostos no consumo de alimentos agroecológicos de pequenos produtores;
- Mapear a demanda e o consumo nas comunidades, quem e como são os territórios. Articulação com o Instituto Fome Zero e com a UAES-Unifesp;
- Controlar o preço dos produtos por dentro da rede, de forma solidária, descentralizando a distribuição pelas redes de economia solidária, pelos Pontinhos, grupos de consumo;
- Reivindicar a criação de uma nova forma jurídica coletiva. Seria possível revendo a lei do cooperativismo, ou criando a empresa solidária, ou cooperativas sociais.
- Demandar políticas para florestas que produzem comida, fortalecendo o reflorestamento com o manejo das agroflorestas;
- Propor a criação de políticas de fomento a cooperativas de consumo populares;
- Participar do Fórum Paulista de Economia Solidária e incentivar a criação de um grupo de trabalho para regulamentar a Lei Paul Singer;
- Solicitar visita da SDT às comunidades da Viela da Paz e Cohab Raposo para executar o Programa dos Pontinhos Ecosol com a dotação orçamentária que existe (PLOA 2020);
- Estudar e acompanhar o projeto de lei 4074/2021 em tramitação de hortas nos conjuntos habitacionais do minha casa minha vida;
- Propor projeto de Lei dos Pontos de Economia Solidária que inclua uma fonte segura para o financiamento da Rede Pontinhos,
- Estabelecer estratégias de educação popular nas comunidades, visando a denúncia histórica da invasão, exclusão e envenenamento, para construir estratégias de produzir autonomia e sustentabilidade em articulação com a educação pública;
- Ampliar e garantir o acesso ao alimento seguro e de qualidade pela economia solidária;
- Propor uma política de compostagem de resíduos urbanos, visando alimentar a terra com insumos agroecológicos (biomassa e biofertilizantes);
- Reivindicar e propor um programa de distribuição solidária de alimentos, de modo a garantir o direito à alimentação segura e de qualidade para toda população.

Ao final, foram propostos os seguintes 4 **grupos de trabalho**:

1. Pontos de distribuição local. Em interlocução com a prefeitura de São Paulo. Instalação e viabilização do funcionamento dos Pontinhos Ecosol na Viela da Paz, Cohab Raposo e Paredão. Outros pontinhos?
2. Entrepostos de distribuição. Em interlocução com o CEAGESP e a Prefeitura de São Paulo. Articulação para a logística de distribuição no âmbito intermunicipal.
3. Programa de Distribuição Solidária. Em interlocução com MDA/SEMAB. Proposta de um programa de distribuição solidária em âmbito nacional. Desenhar e justificar uma proposta de política pública.
4. Educação socioambiental. Produção de materiais educativos sobre Soberania e Segurança Alimentar a partir da Economia Solidária e da Agroecologia.

Ao realizar a relatoria, pensamos ser necessário incluir um quinto GT na lista:

5. Produção agroecológica urbana. Em interlocução com a prefeitura de São Paulo e com a Enel. Facilitação do processo de acesso de grupos da economia solidária aos linhões da Enel, com apoio da PMSP.



*Plenária Final*

Encerrando nossas atividades, o Coral Cênico Cidadãos Cantantes se apresentou de maneira emocionante e profunda. O Coral foi criado em 1992 como desdobramento das atividades dos Centros de Convivência e Cooperativa da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo, com apoio da Associação SOS Saúde Mental, Ecologia e Cultura. O Coral possui uma composição heterogênea, reunindo portadores de sofrimento mental, pessoas em situação de vulnerabilidade e pessoas da população em geral, interessados na construção artística. A prática do Coral recupera o sentido da arte como um atributo humano capaz de transformar atitudes, lugares de saber, lugares de existência e, por consequência, capaz de alterar a qualidade de vida. A ferramenta de trabalho dos Cidadãos Cantantes é a promoção de encontros nos quais se possa cantar buscando a harmonização das dissonâncias para afinar diferenças e sustentando uma experimentação na interface entre canto coral, arte e saúde na contemporaneidade. A prática musical em grupos que apresentam esse perfil mostra-se, não só possível, como instigadora, para se pensar novas possibilidades para o canto coral, além de propor novos agenciamentos relacionais e territoriais.



*Apresentação do Coral Cênico Cidadãos Cantantes*



*Coral Cênico Cidadãos Cantantes*



*Uma parte da equipe realizadora do evento*

# TERRI TÓRIOS DO COMUM

2023



## PRAÇA DE IDEIAS

Redes comunitárias, produção agroecológica, segurança e soberania alimentar

25/3, Sábado

10h

Café

Coletivo Trabalhadores da Hora

10h30 às 13h

As políticas públicas de produção, comercialização e consumo de comida de verdade.

Rede Pontinhos de Economia Solidária / Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar / Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Ministério do Trabalho) / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SP) / Instituto Fome Zero / Cooperativa Terra e Liberdade - MST

14h30 às 17h30

Fortalecimento da intersetorialidade entre o Poder Público, Conselhos e a Sociedade civil organizada.

Ponto Economia Solidária / Legislativo Municipal SP / Instituto Kairós / Comusan / Legislativo Federal

17h30

Apresentação

Cordão Bibitânia

26/3, Domingo

10h

Café

Coletivo Trabalhadores da Hora

10h30 às 13h

Redes solidárias na luta pela soberania alimentar no campo e na cidade.

Amazém do Campo - MST / MST - Iperó / Instituto Terra Viva - (Sorocaba) / Coop. Livres (Santos) / Galpão Agroecológico

14h30 às 17h30

Plenária: Síntese e deliberação de propostas.

Universidade Aberta de Economia Solidária / Rede Pontinhos de Economia Solidária

17h30

Apresentação

Coral Cênico Cidadãos Cantantes

GRÁTIS | SALA DE OFICINAS, 2º ANDAR  
INSCRIÇÕES NO LOCAL



Sesc Pinheiros  
Rua Paes Leme, 195  
Tel. 3095 9400  
Faria Lima (350 metros)  
Pinheiros (350 metros)  
[@sescpinheiros](mailto:sescsp.org.br/pinheiros)  
[sescsp.org.br/pinheiros](http://sescsp.org.br/pinheiros)

idealização  
rede pontinhos alternativo



realização



Cartaz do evento